

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a relação família-escola, que busca investigar como coordenadores, professores e pais veem a relação família-escola e em que medida os ruídos dessa relação podem interferir na aprendizagem das crianças. Ressalto que o interesse pelo tema ocorreu devido a algumas experiências presenciadas e vividas quando comecei a minha carreira profissional na educação infantil, onde é comum no discurso da escola achar que a família é a “culpada” pelo insucesso da criança na escola. Através de observações da minha prática cotidiana sempre escutei muitas vezes por parte dos professores de que a criança estava sentindo dificuldade na aprendizagem pelo fato de não ter um acompanhamento em casa. Por outro lado, escutei a versão da família cobrando da escola que a criança apresente uma aprendizagem e perguntando o porquê que a criança não está sabendo determinado conteúdo.

Essa controvérsia foi a motivação desse trabalho. A questão central da pesquisa era saber como cada segmento da comunidade escolar entende a relação família-escola? Seguida de questões secundárias, tais como: Como se estabelece a comunicação dos pais com a escola? Quais meios de comunicação são mais eficientes, os formais ou os informais?

Entendo que não é apenas necessário colocar a criança em uma escola, ou até mesmo pagar uma escola, para que daí a criança tenha sucesso em sua educação escolar. É na infância que se forma um ser ético e social, para isso é necessário que haja uma interação entre família e escola, de modo que a escola influencie a educação familiar e vice-versa. A minha hipótese é que se a criança entende a real importância da escola através da importância que sua família lhes dá, cria a possibilidade da criança dar significado à aprendizagem.

O campo de pesquisa foi a Escola Municipal de Educação Infantil José Garcez Vieira, que fica localizada na Praça Dom José Thomaz, no Bairro Siqueira Campos, na cidade de Aracaju-SE. É uma escola pública municipal das mais antigas da cidade, tendo sido inaugurada em 1944. Durante muito tempo foi a escola referência de Educação Infantil do bairro, de maneira que muitos que hoje são avós e pais de alunos matriculados também foram alunos da referida escola. Conta com uma boa estrutura, em especial depois de passar por uma reforma em abril de 2005. Além

disso, o espaço está equipado com 11 salas (seis para as aulas e cinco para a creche), parque infantil, fraldário, lavanderia, refeitório, cadeiras, quadros e geladeira. Funciona o dia todo, das 6h30 às 18 horas. Atende crianças de 0 a 5 anos (Creche e pré-escola) nos turnos manhã e tarde. São cinco turmas na creche e cinco turmas de pré-escola em ambos os turnos, ficando assim uma sala de pré-escola fechada. A creche oferece três refeições diárias e mais os lanches nos intervalos. A sua equipe é formada por uma coordenadora geral e uma coordenadora pedagógica, porteiro, merendeira, supervisora, psicóloga e dez professoras, cinco em cada turno.

A pesquisa foi realizada no formato metodológico de um estudo de caso, uma vez que o objetivo foi entender empiricamente e descrever características, fenômenos e resultados de uma experiência de investigação em uma dada realidade, nesse caso a EMEI Garcez Vieira. O instrumento utilizado para coletar os dados foi a entrevista estruturada, baseada em um roteiro das questões colocadas aos entrevistados. Nesse estudo foi usado o mesmo roteiro de perguntas¹ com todos os entrevistados: coordenadores, professores e pais, tendo por vantagem a comparação das respostas. Busquei também não só observar quais os meios de comunicação existentes entre a instituição e a família, mas também observar os caminhos procurados pela escola e pelos os pais quando estão diante de uma situação de dificuldade, seja ela no que diz respeito à aprendizagem do aluno, ao comportamento ou relacionamento entre as crianças ou entre elas e os professores.

No período de coleta de dados fui muito bem recepcionada pelas coordenadoras da escola, que se colocaram à disposição para me conceder as entrevistas. Além disso, a coordenadora pedagógica também me ajudou a conversar com as professoras lhes explicando o motivo da pesquisa e as convencendo a participar, falando ainda que a pesquisa tinha um tema interessante pelo fato de ser algo muito presente no cotidiano delas, como também ajudou indicando alguns pais e conversando com outros a me concederem as entrevistas.

No primeiro momento busquei observar o movimento da escola e o seu funcionamento. Nessa fase do processo procurei dados gerais sobre a instituição: comunidade a qual ela atende; a estrutura do colégio; a classe social da sua clientela; quadro de funcionários. No segundo momento procurei agendar as entrevistas, verificando o melhor momento para não atrapalhar na dinâmica da rotina escolar. O

¹ Ver Apêndice p. 39

melhor momento para entrevistar os pais foram os horários de entrada e saída dos alunos; com as coordenadoras logo após o horário de entrada e com os professores no recreio. A entrevista com as coordenadoras foram realizadas na sala dos professores, um lugar espaçoso e reservado da escola. Com os pais e professores a dinâmica foi diferente, porque dependi dos pais aceitarem dar a entrevista, e do momento adequado para que os professores estivessem tranquilos sem preocupação com as atividades de sala de aula.

A minha preocupação maior foi convencer os pais a me concederem as entrevistas, esperando encontrar eles receosos. Apesar de alguns realmente estarem na defensiva, não encontrei dificuldade em prosseguir com o meu trabalho, tendo assim, diante do planejado, um tempo menor para concluir a pesquisa, porém não somente em relação a quantidade de pais entrevistados, mas sim nas informações recolhidas. Concluindo assim a minha pesquisa de campo tendo entrevistado as duas coordenadoras; seis professoras e sete pais.

Os dados foram organizados e tabulados no formato de tabelas com as perguntas e respostas de cada grupo de entrevistados, de maneira que, ao final do preenchimento das tabelas pude observar respostas que foram recorrentes, contrárias ou conflitantes entre os vários segmentos. Após essa etapa a análise foi realizada em autores escolhidos para contribuir com a reflexão sobre a temática, a exemplo de Oliveira e Marinho-Araújo (2010); Ariès (1978); Zilberman (2003); Rousseau (1973); Hora (2009); Paro (2000); Danilo Gandin e Luis Gandin (2001).

Desta forma, esse trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, traz um breve relato da origem da família moderna e as funções distintas da família e escola. No segundo, retrata o conceito de comunidade e da relação família-escola. O terceiro trata da descrição e análise dos resultados obtidos da pesquisa de campo.

Desse modo, esta pesquisa procura favorecer a compreensão desta relação, promovendo algumas considerações acerca da importância desta parceria da escola com a família.

CAPÍTULO I

1.1 A família e a educação das crianças: subsídios teóricos

A família e a escola são instituições de desenvolvimento humano, no entanto a ideia de família como conhecemos hoje atrela-se ao movimento dinâmico das sociedades. De maneira geral podemos entender a família moderna como a relação entre um casal, relação à dois e à intimidade vivenciada por seus membros nesta relação. “Os diferentes tipos de família que têm sido descritos com maior frequência pelos pesquisadores da área são:” família homossexual ou casais homossexuais; família extensa; famílias multigeracionais; família reconstituída ou recasada; família de mãe ou pai solteiro; casais que coabitam/vivem juntos” (OLIVEIRA E MARINHO-ARAÚJO, 2010, p.101, Apud. PETZOLD, 1996; STRATON, 2003; TURNER&WEST, 1998).

Segundo Oliveira e Marinho-Araújo (2010), a escola é a instituição que tem como função a socialização do saber sistematizados, ou seja, do conhecimento elaborado e da cultura erudita. Embora a família e a escola tenham suas especificidades elas também têm suas complementariedades. Esses dois sistemas têm objetivos distintos, mas que interpenetram, uma vez que “compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva da sociedade” (REALI&TANCRED, 2005, p.240)”.

Desse modo, família e escola têm funções distintas e ao mesmo tempo complementares. Se a função da escola é ensinar, favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, à família cabe a função de promover a socialização das crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade. Família e escola se encontram, uma vez que ambas além de ampliar as possibilidades de convivência social, legitimam a ordem social

Considerando as várias perspectivas e abordagens relativas ao tema, os trabalhos e pesquisas sobre a temática relação família-escola podem ser organizados em dois grandes grupos, denominados de enfoque sociológico e enfoque psicológico:

Enquanto no enfoque sociológico a família é responsabilizada pela formação social e moral do indivíduo, no enfoque psicológico ela é responsabilizada pela formação psicológica. O enfoque sociológico aborda os determinantes ambientais e culturais presentes na relação família-escola, destacando que cabe à escola cumprir as exigências sociais, enquanto o enfoque psicológico considera os determinantes psicológicos presentes na estrutura familiar como os grandes responsáveis pelo desencontro entre objetivos e valores nas duas instituições. (OLIVEIRA E MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 102, Apud. OLIVEIRA, 2002).

1.2 A origem da família moderna

A estrutura que temos de família moderna é um acontecimento do Iluminismo, conhecido como o século das luzes. Esse processo de mudança da família medieval à moderna aconteceu por volta de 1750. A nova família ao invés de valorizar a linhagem, passou à valorização da privacidade e da preservação do sentimento entre pais e filhos.

O sistema de linhagens predominou na Europa durante a Idade Média, que estava voltada com o modelo feudal, cuja preservação do parentesco era necessária para manutenção do patrimônio, a vida pública era sinônimo de sucesso. Ariès (1978) faz um estudo da família através de iconografia², no qual o aparecimento do tema família não foi um simples episódio. O autor mostra que houve uma evolução entre os séculos XVI e XVII, principalmente no que diz respeito a vida pública e a vida privada. Cenas que antes eram representadas em lugares públicos, passaram a acontecer no espaço fechado, numa sala, por exemplo, demonstrando uma mudança nos costumes. Nesta cena de vida privada aparecem dois grupos: de um lado estão aqueles da farra, do namoro e do outro, aqueles da família.

De acordo com Zilberman (2003) durante a Idade Média as crianças não recebiam nenhuma atenção particular, sem contar que nesta sociedade não havia infância, as crianças eram mantidas junto com os adultos, inseridas no mundo deles, participando da vida pública dos pais:

[...] as crianças eram frequentemente negligenciadas, tratadas brutalmente e até mortas; muitos adultos tratavam-se mutuamente

² Iconografia- representações por meio de imagens e ícones

com suspeita e hostilidade; o afeto era baixo e raro [...] a falta de uma única figura materna nos primeiros dois anos de vida, a perda constante de parentes próximos, irmãos, pais, amas e amigos devido as mortes prematuras, o aprisionamento físico do infante em fraldas apertadas nos primeiros meses e a deliberada quebra da vontade infantil, tudo contribuiu para um ‘entorpecimento’, que criou muitos adultos, cujas respostas aos outros eram, no melhor dos casos, de indiferença calculada e, no pior, uma mistura de suspeita e hostilidade, tiranis e submissão, alienação e violência (ZILBERMAN, 2003 p.80, Apud STONE,1979).

Em *Le Grand Propriétaire* de Ariès (1981) a família unia-se de maneira seca, apenas como uma representação. Somente a partir do século XV os artistas começam a ilustrar a família reunida em volta de uma mesa farta, mostrando momentos cotidianos das famílias. No entanto ainda não estava muito seguro se a família retratada pelos artistas era real ou uma simples representação como padrão que deveria ser seguido.

Na análise iconográfica de Ariès (1981) durante os séculos X ao XIII o laço de sangue não se constituía apenas em família, porém havia solidariedade entre a linhagem em função da preservação do patrimônio. A formação do Estado com a necessidade de distribuição de poderes obrigou os homens a se unirem mais estreitamente, com a finalidade de proteção dos bens e do território. Porém, durante o século XIII a família conjugal tornou-se novamente independente e assim o pai aumentou a sua autoridade como uma necessidade de manter o seu patrimônio íntegro, ficando assim também evidente que a família era um meio que o indivíduo ameaçado do enfraquecimento do Estado procura para se proteger.

A partir do século XIV começa o desenvolvimento da família moderna, nos mostrando que enquanto a linhagem foi perdendo a sua força, a autoridade do marido sobre a família tornava-se cada vez maior, tendo estes que submeter-se ao pai:

[...] a partir do século XIV, assistimos a uma degradação progressiva e lenta da situação da mulher no lar. Ela perde o direito de substituir o marido ausente ou louco[...] Finalmente no século XVI, a mulher casada torna-se incapaz, e todos os atos que faz sem ser autorizada pelo marido ou pela justiça tornam-se radicalmente nulos. Essa revolução reforça os poderes do marido, que acaba por estabelecer uma espécie de monarquia doméstica (ÀRIES, 1981, p. 214).

A iconografia de Ariès (1981) nos permite acompanhar o surgimento de algo novo, um sentimento familiar, sentimento que surgiu através de uma família formada de pais e filhos, uma família conjugal, nos mostrando a transformação tanto do sentimento familiar como as suas relações internas com as crianças, modificações marcadas desde os séculos XVI e XVII, onde se registram também uma mudança para com as crianças nas relações internas à família.

A partir de então começa a ocorrer as grandes mudanças, passando assim para uma ideologia familiar: “fundado no individualismo, na privacidade e na promoção do afeto entre esposos, estimulando a instituição do casamento; e entre pais e filhos, por estar interessada na harmonia interior nuclear familiar” (ZILBERMAN, 2003 p. 37). E então, o progresso do sentimento da família deu-se através de que a sua casa não poderia estar muito aberta para o exterior, era necessário um mínimo de segredo. E para ter êxito na vida não era necessário ter fortuna e sim obter uma posição mais honrosa na sociedade, à arte de fazer sucesso dependia da sua reputação, era a arte de ser agradável e amado em sociedade.

A família medieval caracterizava-se pela falta de afeição com as crianças, na Inglaterra, por exemplo, após os nove anos de idade, elas iam para casa de outras famílias independente de serem meninos ou meninas, para serem aprendizes e só retornavam para casa por volta dos 14 e 18 anos de idade. Para os italianos esse costume era considerado cruel, no entanto para os ingleses esse costume não passava de uma forma pela qual as crianças pudessem obter novas aprendizagens e aprender boas maneiras.

Para a transmissão de valores, saberes e ofícios ainda não existiam espaço dedicado a isso, ou seja, não existia uma escola. A escola existente destinava-se aos clérigos. Quando uma criança era confiada a um mestre a sua principal obrigação era servi-lo bem, devendo saber servir a mesa, fazer as camas, enfim serviços domésticos considerados como estágio, como uma fase do seu período de aprendizagem. Era através dos serviços domésticos que o mestre transmitia às crianças uma bagagem de conhecimento de experiências práticas e de valores humanos.

A família não podia, portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que eles tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à

obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. (ÀRIES, 1981, p. 231).

O sentimento de família vai passar por uma transformação profunda e lenta, somente a partir do século XIX é que o espírito familiar sentimental vai se consolidar, nascendo assim uma iconografia original, voltada não apenas para a reunião em família, mas sim, o sentimento de família. Na França, verifica-se no âmbito familiar uma diminuição da importância dada as amas-de-leite, essas que eram responsáveis em alimentar e educar as crianças nos seus primeiros anos de vida, como também responsáveis pelo grande número de mortes precoces. A mulher então ganha espaço na família e no seu ambiente doméstico, uma vez que sua missão é assegurar o controle da casa e da educação dos filhos. Essa evolução ocorreu lentamente e não foram todos os segmentos sociais que passaram a conceber esse modo de organização familiar, entre os trabalhadores a prática era comum deixar o cuidado das crianças para as instituições de caridade que eram mantidas pelo poder público. Para eles a família não era ainda tida como uma necessidade e ainda mais quando se referia à questão de dar atenção aos filhos. Com tudo, a falta de atenção com essas crianças acabaram por aumentar o custo social da pobreza, sem falar nas altas taxas de mortalidade devido a falta de condições com a necessidade de trabalhos nas indústrias, que ainda necessitavam de mão-de-obra barata e disponível.

A ordem familiar vai aos poucos sendo instituída através do casamento e nele o papel da mulher como ordenadora do lar:

Cabia estimular o matrimônio e a manutenção das crianças. Mais uma vez essa meta foi atingida por meio da aliança com as mulheres, ao se valorizar a circunstância de, numa família ordeira e ascendente, ainda que de procedência proletária, a esposa não deveria trabalhar, e sim voltar-se às suas funções, agora promovidas como naturais, quais sejam, os encargos domésticos e o cuidado das crianças. (ZILBERMAN, 2003, p. 39).

O Emílio de Rousseau não é uma mera ficção ou abstração, é um registro da transformação de um modo de pensar sobre o processo de formação da pessoa humana: “saindo de minhas mãos, ele não será, concordo, nem magistrado, nem soldado, nem padre, será primeiramente um homem (ROUSSEAU, 2004, p. 15)”.

Vemos que em Rousseau o dever dos educandos era com as necessidades de manutenção do grupo, visando à manutenção da sua existência. A relação que se estabelecia entre o educador e o educando visava tornar o homem em total:

[...] na ordem natural, sendo os homens iguais, sua vocação comum é o estado de homem; e quem quer que seja bem educado para esses, não pode desempenhar-se mal dos que com esse se relacionam. Que destine meu aluno à carreira militar, à eclesiástica ou à advocacia pouco me importa. Antes da vocação dos pais, a natureza chama-o para a vida humana. Viver é o ofício que quero lhe ensinar (ROUSSEAU, 2004, p.15).

Para Rousseau (2004) a educação também é um ato social, ou seja, educar é antes de tudo dar sentido de vida para a sua própria existência, além de construir conhecimentos. No processo de formação rousseauiano, os indivíduos se formam em sua desnaturação como homem para uma inserção no mundo civil para construir o sentido do coletivo, da sociedade.

Essa mudança nos costumes passa a exigir também uma mudança de papel dos pais com relação aos filhos. De acordo com Ariès (1981, p. 232):

Os tratados de educação do século XVII insistem nos deveres dos pais relativos à escolha do colégio e do preceptor, e à supervisão dos estudos, à repetição das lições, quando a criança vinha dormir em casa. O clima sentimental era agora completamente diferente mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola.”

Essa nova família requer novos processos de socialização das crianças, com isso a escola passa a ganhar espaço, na preparação dos filhos para o mundo. A escola tem a função não só de universalizar o conhecimento, mas também introduzir a criança na realidade externa, atuando no mundo interior e exterior como mediadora e complementar à tarefa da mulher no núcleo familiar. É a partir desta época que é delegada à escola a função de educar as gerações, não somente os clérigos deveriam ter acesso a ela, mas sim uma instituição responsável pela passagem da infância para a adulta. Essa necessidade de educar as novas gerações através de uma instituição

específica ocorreu, em princípio, para isolar a juventude do mundo sujo dos adultos, para assim mantê-los em sua inocência.

No entanto, o sentido da escola tem um processo de evolução e conquista de espaço de maneira distinta entre as classes. Ela não chegou a atender toda a população infantil, os trabalhadores continuaram a educar os filhos com as antigas práticas de aprendizagens, sem contar nos casos das meninas, com exceção de alguns casos que eram enviadas a “pequenas escolas” ou conventos, elas eram escolarizadas em casa. A difusão da escolaridade para as meninas ocorreu no início do século XIX. Os meninos burgueses eram levados à escola, os da alta nobreza e os artesãos permaneceram ainda nas antigas práticas.

A suposição de que as camadas populares não tinham condições de autogerir abre espaço para as organizações filantrópicas que visam sanar com as dificuldades internas da família, em que ao contrário da criança burguesa que se encontra solidificada em seu contexto familiar, a criança proletária devido a necessidade de um aumento da renda familiar, são jogadas no mundo com maior rapidez e violência, tendo por outro lado também os adultos que não cumprem com o seu papel integralmente.

Contudo, é nítido que as crianças proletárias tem uma maior vivência no mundo em relação às crianças burguesas, vivência esta que não pode ser esquecida pela escola, ou até mesmo concorrer com esse aprendizado que vem de suas experiências. Para tanto, foi devido a esses alunos oriundos da classe operária, que na Europa no século XIX a escola passou a ser obrigatória, devido à retirada de mão-de-obra desta classe, provocando assim a diminuição da renda familiar e passando para uma valorização das crianças com melhores oportunidades de emprego e mão-de-obra mais barata, sendo a escola responsável em capacitar os operários do futuro.

Com a consolidação da educação das crianças na escola, cresce o número de unidades, enquanto vai consolidando também a sua autoridade moral. No entanto, a ambiguidade entre escolarização e sociabilidade tradicional ainda se mantém. Segundo Ariès (1981, p. 242) o principal defeito da escola era o isolamento das crianças, ou seja, as crianças eram separadas de seu meio social natural.

[...] ela [a criança] precisa aprender cedo como de deve agir tanto em sociedade como no estudo, e isso ela não pode aprender num lugar

em que as pessoas pensam mais em viver com os mortos do que com os vivos, ou seja, mais com os livros do que com os homens.

Desde cedo a escola faz crítica aos pais. A proteção da família era encarada pela escola como forma de mimar demais os filhos, por isso a escola deveria ser um meio da criança adquirir coragem e não ser intimidado em público, aprendendo com os estranhos para assim sentirem-se seguros e realmente preparados, já que na vida eles não irão sempre lidar com situações conhecidas e esperadas. Desse modo, a relação família – escola começa a se estabelecer como uma necessidade de ambas para garantir a “boa educação”.

[...] a criança deverá repetir em casa o que tiver aprendido na escola ou no colégio, ou então devera aprender em casa o que tiver de recitar diretamente diante do mestre [...] se a criança se tiver portado como um homem, será lavada e acariciada, se tiver praticado algumas faltas leve, os adultos a corrigirão (ÀRIES, 1981, p. 254).

É precisamente a função social da família e da escola na sociedade que induz a interdependência dos sistemas família e escola. Há uma distinção entre educação escolar e a educação que ocorre fora da escola. A função da família pressupõe “a educação moral, ou seja, a transmissão e valores de determinada época torna-se, nesta perspectiva, seu principal objetivo” (OLIVEIRA, 2002, p.16). Dentro deste conceito entra a educação de responsabilidade familiar junto às crianças que gera modelos que a criança recebe da família para o desempenho dos papéis sociais.

CAPÍTULO II

A relação comunidade-escola: limites e desafios

2.1. O conceito de comunidade

De acordo com Hora (2009), uma relação entre escola-comunidade é primordial, principalmente quando se trata do entendimento da função da escola, analisando que esta não está isolada no contexto global e que todo o processo de organização para se desenvolver na escola tem que atender os objetivos da necessidade da comunidade na qual a escola está inserida.

É necessário estar atento às dimensões educativas da comunidade para com a escola, tendo em vista toda a movimentação política que a comunidade está inserida, ou seja, de quais são os seus objetivos e movimentos pelas quais lutam. Para tal situação notamos a extrema necessidade de compreender quais as concepções que temos em relação à comunidade e as relações que se estabelecem com a escola. Para tanto é difícil conceituar apenas uma concepção de comunidade e as relações que esta estabelece com a escola. Portanto, atentaremos para uma visão voltada para a comunidade no campo educacional.

Hora (2009) faz uma extensa pesquisa sobre o conceito de comunidade através de vários autores, em tempos distintos. Segundo a autora, Tonnies (1944), afirma que a comunidade desenvolveu-se a partir da família e que esta encontra na sua comunidade um meio de confiança, íntimo, onde todos acabam por viver de maneira exclusiva, porém todos juntos numa mesma perspectiva, num mesmo objetivo. Já para Maciver e Page (1973) veem a comunidade como “a teia de relações sociais”, ressaltando que, aqueles que moram em uma determinada comunidade, mas não tem laços de contato ou identificação com estas, não são considerados parte integrante da comunidade, mas sim vizinhança. Em Hans Freyer (1973), a comunidade é próxima quando está em volta de objetivos comuns a todos, reunindo assim com todos em torno de um único. Para Weber (1973), a comunidade trata-se das pessoas unidas através de um sentimento de todos sendo amigos, todos como uma família. Em Wirth (1973) ele conceitua a comunidade como um aspecto ecológico, que está caracterizada pela sua base territorial e distribuição dos homens, e a comunidade moderna baseia-se nos contrastes como, por exemplo: parentes X território;

sentimento X interesse; status X contrato e costume X lei, sendo assim capaz de ações coletivas.

Para Park e Burgess citados também por Hora (2009), um indivíduo faz parte mais da comunidade pelas suas ações participativas do que por ser simplesmente um membro. Contudo Preston (1971) ressalta que, quando é para conceituar comunidade no campo educacional há uma grande imprecisão, afirmando que a comunidade é mais bem definida em termos pedagógicos do que sociológicos, seguido da ideia de Michaelis (1963), que defende a comunidade como um lugar em que a criança vive e aprende.

Para tanto, uma difícil aplicação do conceito de comunidade no Brasil, algo que seus conceitos de comunidade já foi colocado em dúvida, devido já ter sido colônia de exploração e pelas suas terras abundantes sendo melhor enquadrá-las como vizinhanças, porém muitas partes do país a vizinhança está tornando-se comunidade, devido a grande expansão da sociedade nas grandes metrópoles, ou seja, o seu crescimento populacional.

O crescimento populacional, as migrações, o grande número de deslocamento da população dentro da própria metrópole, a especialização das funções, a diversidade de interesses, a transformação de bairros tradicionais, de vida pacata, em locais de passagem, a diminuição dos pontos de encontro onde eram constantes as conversas, nas esquinas e nas calçadas, o recolhimento das pessoas aos seus apartamentos onde se expõem aos meios de comunicação de massa constituem aspectos das transformações que se estão processando. Com elas, quebram-se os laços que prendem o sempre apressado morador à área em que vive e se esvai o sentimento comunitário (HORA, 2009, p. 63)

Porém, devido a tantas situações que tiveram por se esvaír um sentimento de vida pública, também vem contradizendo com esta, a sua ideia em que muitos grupos procuram interesses em comum. Em suma, caracteriza-se por comunidade no âmbito escolar, um lugar de onde provêm os alunos e que assim constitui a região pela qual a escola presta seus serviços, um lugar onde a escola está inserida como uma instituição pertencente a ela.

Para tanto a escola ou é a única ou uma das poucas instituições para poder ajudar em uma melhoria da comunidade e nota-se essa responsabilidade da escola em alguns momentos a partir da revolução industrial, que ela mobilizou-se com a

problemática social. Como na Inglaterra que tem as “settlement houses” que são comunidades para prestar serviços a comunidade como: nos Estados Unidos com as escolas agrícolas que fechavam no período da colheita; nos Anglo – Saxões com as campanhas de alfabetização de James Yen na China e Laubach nas Filipinas; na Dinamarca com a fundação de colégios populares inspirados no bispo e poeta liberal Grundtraig a partir de 1844.

Segundo Hora (2009) no Brasil com a herança colonial pesando sobre a escola o ensino se baseia somente em transmitir uma cultura padrão europeia, destinado somente a letrar aqueles de fortuna, não estranhando também que a educação escolarizada estava abaixo da família e da vida prática, sendo considerado assim como um ensino secundário. Diante disto é que nota-se a estrutura da escola, que os impede de formar para a vida e limitando-se ao ensino técnico somente de ler, escrever e contar, tornando-se resistente às mudanças.

Porém, não se pode dizer que o pensamento pedagógico brasileiro tenha se colocado como diferença na sua articulação com a comunidade, pode ver a partir de 1935 momentos como Associação de Pais e Mestres, sem falar em algumas iniciativas como: primeiras reformas a abordarem a relação comunidade-escola foram na lei 5.540 de 20 de novembro de 1968 e, sobretudo a lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, porém algo que se nota é que a legislação em nenhum momento define o conceito de comunidade, deixando assim um vazio para a concretização do sistema de ensino, como o plano, que deixa as concepções de ensino de cada grupo.

2.2. A questão da participação dos pais na escola

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI/2010) na Proposta Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil, esta deverá garantir: “ a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias”.

Segundo Paro (2000), a participação dos pais na escola tem a ver com o fato da precariedade das escolas públicas do nosso país, tomando como necessidade, a população que luta e exige o cumprimento de serviços de qualidade, cujo todos tem direito, tomando assim desta forma a democracia como um meio de exigir com que o Estado aja em benefícios dos cidadãos.

Para isso é de suma importância estimular uma gestão com a participação de todos, desde os funcionários aos alunos, como também aqueles que a escola atende. No entanto é necessário entender a participação como tomada de decisão e não como uma prestação de serviços. Quando se discute o ensino público do Brasil, identificam-se duas características: a má preparação dos seus alunos para o mercado de trabalho, como também para o ingresso destes na universidade, características estas marcadas de acordo com o ponto de vista do senso comum, e quando discutidos entre a organização educacional, os pontos listados não passam além dos levantados do senso comum, porém levante-se a seguinte reflexão: será que somente atingindo essas duas características listadas acima pelo senso comum seriam o suficiente para uma escola pública de qualidade, atendendo o bem-estar de todos da sociedade?

De acordo com Danilo Gandin e Luis Gandin (2001), uma das grandes questões do mundo atual é a participação. Em princípio, todos concordam que é importante incluir para a transformação da sociedade para um mundo menos individualista. No entanto há pelo menos dois tipos de entendimento sobre o que é participação: de um lado a tendência conservadora que pretende manter tudo como está, por outro lado há aqueles que pensam a participação como um meio de lutar contra a forma injusta pela qual a sociedade é organizada, ou seja, como meio de partilhar o poder.

De qualquer modo, os autores indicam que em geral participam aqueles que têm poder, e aqueles que participam “sem poder” podem acabar por não ter voz, servindo apenas como referendo das decisões tomadas por quem tem o poder. Sendo assim, é possível classificar a participação em três tipos básicos: participação estruturada de maneira vertical, ou seja, uma forma autoritária e diminuída; aquela que se dá em um mundo paternalista, ainda estruturada verticalmente, porém os chefes permitem que façam algumas escolhas, por mais limitadas é uma forma de manipular e sem permitir o domínio dos recursos; e aquela participação de um mundo justo, pessoas que independentes dos seus níveis ajudam umas as outras, sendo igualitárias.

Por mais que as escolas não possam ser significativamente participativas com a sociedade, a participação está na consciência de cada indivíduo. Alguns pontos que servem de condições para uma instituição tornar suas ideias em ações: clareza no que faz; ter sempre mudanças uma do lado da outra, para não entrar em

conflito consigo mesma; aprofundar a participação com lógicas no que se diz ao poder; e com aprendizagem ocorrendo através da vivência.

A partir da década de 1980, o planejamento participativo foi considerado o instrumento capaz de construir relações mais democráticas na escola, consagrando no Projeto Político Pedagógico (PPP) a possibilidade de construir uma nova escola, não era somente necessário escutar o querer da comunidade, mas tornar a comunidade um sujeito histórico, político, social e culturalmente considerado, ou seja, promover uma relação real de troca, devendo assim: falar a fala da comunidade; trazer a situação de vida do aluno com conteúdo para combater a evasão; relações interpessoais com o prazer do contato e preparação para o trabalho.

Quando se trata do ensino escolar, temos um ensino sistematizado, com isso não podemos esquecer qual a real função da escola, pois até então seria apenas como uma reprodutora e apropriadora de cultura. Também diante das mudanças históricas que cada geração passa, se a escola não tiver consciência de qual a sua função acabam por ter que reinventar tudo a cada nova geração. Com isso, pode-se dizer que a escola pública tem baixa qualidade não devido a sua comparação com o ensino particular, mas devido à falta de prestação de serviços de qualidade, já que para formar um cidadão é necessário o mínimo de condições para então levá-los ao estado de liberdade. Também nota-se que os professores das escolas públicas fundamentais são movidos por uma ideia burguesa, ideia de que todos irão melhorar sua condição de vida através da educação escolar, porém não atenta que a população que a escola atende, mudou. Diante da precariedade de recursos, os professores pouco podem fazer para as suas classes superlotadas, ou como também o seu baixo salário que é um importante condicionante para a sua baixa competência profissional, gerando reprovação e evasão escolar por parte de seus alunos, ou até mesmo o baixo nível de conhecimento que estes adquirem.

O profissional também se sente fracassado e sentindo-se responsável pela má qualidade do ensino, e quando não quer perceber este fato, que ele próprio é refém, acaba por culpar o seu aluno dos seus insucessos escolares acusando-os de desinteressados. Os professores se livram da “culpa” dizendo que tanto ele quanto a escola cumprem os seus papéis e objetivos.

No processo pedagógico escolar o objeto é um sujeito, ou seja, é um ser humano com as suas próprias vontades e desejos. Então, para ocorrer um

aprendizado de sucesso é preciso o *querer* do objeto-sujeito, pois se este não quiser o aprendizado não irá ocorrer. Esse *querer* é um valor cultivado do homem, um conteúdo que as novas gerações precisam adquirir através do processo educativo cultural, não cabendo à escola esta função. Já que a escola tem por função levar o indivíduo a um saber sistematizado, não tem sentido culpar a escola pelo fato do aluno *não querer* aprender, e por seqüência o seu fracasso escolar, mas a sua importante tarefa é sim levar o aluno a *querer* aprender através de estimular este aluno, este *querer* que depende todo o seu desenvolvimento e sucesso escolar. Para isto, o seio familiar deveria ser considerado o mais privilegiado para desenvolver o início de hábitos na criança, hábitos estes adquiridos mesmo antes destas entrarem na escola, como podemos ver:

[...] a socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (PARO, 2000, p. 175, Apud. BERGER & LUCKMANN, 1973).

Um aluno que já tem uma predisposição de *querer* aprender depende muito pouco da competência da escola e diante disso a escola pública não pode selecionar os seus alunos como faz a escola particular, desta forma o ensino da escola pública não pode falhar, já que desta forma a sua incompetência aparece e acabam por fazer o que já sabemos culpabilizar os seus alunos ou os pais diante dos insucessos escolares. Então, perante estas situações pouco se têm notado nos esforços da escola em estimular o *querer* de seus alunos em aprender, querer este que torna o ensino mais prazeroso, porém o sujeito não só vive na escola, não forma seus valores somente na escola, sendo este também uma outra falha da escola, que é não levar em conta o que ocorre antes e fora da escola na vida de seus alunos. É necessário atentar-se ao que ocorre fora e antes dela, levar em conta as bagagens dos alunos, sendo assim uma continuidade de educação entre a familiar até a escolar.

Por isso para “quebrar” a resistência dos pais é necessários chamá-los à participação. Autores como: GANDIN(2001) e PARO(2000), indicam a participação como um caminho para conseguir uma mudança, trazendo assim os pais para o convívio escolar, para compreenderem o valor da família no processo de

escolarização dos filhos. Porém é preciso ter clareza de como esses pais podem contribuir com a escola. Parece que existem tabus que precisam ser desmistificados, a exemplo da ideia de que ensinar é somente função da escola, de que dar “boa educação” é função da escola. Apesar da escola ter a sua função específica, a família não está isenta de dar continuidade ao trabalho escolar em casa. Por isso, a participação dos pais pode ser um canal de comunicação capaz de promover a união de todos em torno de uma educação melhor para seus filhos.

Para que essa união ocorra é importante tirar da cabeça dos pais a ideia de que a escola é somente um espaço para não deixar os seus filhos na rua. A família precisa estimular a presença da criança na escola como uma necessidade do desenvolvimento cognitivo, intelectual e cultural da pessoa, não basta a escola sozinha procurar estimular a criança pelo gosto de estudar, nem tão pouco criar esse gosto por imposição. Ambas as partes escola e família têm um papel importante no processo de socialização da criança.

A socialização primária é como um passo para a secundária, uma é suporte da outra. A escola não é só lugar de estudo é também um espaço para encontrar amigos, namorar, brincar, socializar-se com os outros, isso serve como estimulantes para querer ir para a escola. Da parte da escola é preciso fazer do ambiente escolar um ambiente estimulante, acolhedor e gostoso de aprender. Focar no estímulo particular das crianças, na sua autoestima, através de elogios, que é de suma importância dar atenção ao tratamento afetivo. Da parte da família, a relação afetiva de pais e filhos, mas também a relação dos pais com a escola faz toda a diferença tanto na valorização da escola quanto do conhecimento. Os processos educativos informais vividos na família podem levar os pais a ficarem tímidos diante dos professores, terem medo de não serem aceitos e com isso levar a reprovação dos filhos, sem contar com a distância entre a cultura da escola e da família e até do aluno, no que diz respeito ao seu modo de vida, das suas vivências e experiências.

A relação da família com os professores tem sido marcada por tensões. Os professores que advém de classe média têm um modelo de vida compatível à sua classe, nem sempre atentam que a população escolar tem mudado a cada ano, por conta disso há uma tendência não só a comparar modos de ser e estar na escola, como também de reduzir a participação dos pais a somente uma ajuda, ajuda esta que não faz parte de suas atribuições docentes, como também tende por afastá-los. É

comum os pais alegarem que não sabem como podem participar das atividades da escola e que, portanto não sabem o que podem fazer para contribuir, outros dizem que falta tempo ou mesmo se negam a participar.

As reuniões de pais não têm sido uma estratégia eficaz para estimular a participação dos pais na escola. As reuniões tratam sempre dos mesmos assuntos: horário, uniforme frequência, ou seja, não há nada de novo, além do fato de sempre falarem dos defeitos de seus filhos. Desse modo, reforça a tendência de que os pais não tem como ajudar a não ser fazendo cumprir as ordens da escola. Os pais creem que participam estando presentes às reuniões quando convocados, ou seja, a escola acaba reduzindo a participação à frequência às reuniões, quando o principal talvez fosse estimular os pais a valorizarem a educação formal. O que parece está por traz dessa forma de conceber a participação dos pais na vida da escola, é a ideia de que a situação de pobreza não pode vencer obstáculos para melhoria de vida, como também a ideia de que os pais não têm o que dizer.

Nesse sentido a escola se coloca como autoridade pedagógica e não tem uma postura democrática enquanto instituição social que para garantir a reprodução do *status quo*, acabando criando uma ação contraditória no que diz respeito à participação dos pais na escola, pois ao mesmo tempo em que reclamam participação dos pais nos estudos de seus filhos, tomam cuidado para que não se tornem impositivos com relação aos conteúdos culturais, evitando o diálogo e mantendo o caráter de autoridade pedagógica. Desse modo sem que haja uma mudança tanto na forma dos pais verem a escola, quanto na forma dos professores encararem a participação dos pais, a comunicação entre a escola e a família será sempre uma relação de tensão e conflito.

CAPÍTULO III

A relação família-escola no contexto da pré-escola pública da rede municipal de Aracaju

3.1. A relação família-escola opinião dos coordenadores

Segundo as coordenadoras entrevistadas afirmam que a maioria dos pais tem escolaridade mínima, ou seja, o ensino fundamental menor. Elas também disseram que normalmente os pais participam da vida escolar de seus filhos durante as reuniões pedagógicas realizadas quinzenalmente. Nestas reuniões tratam sobre o geral da escola, como: o uso de fardamento, os horários de chegada e saída dos alunos, sobre comportamentos dos alunos, os rendimentos etc., como também os pais participam dos debates para melhorias da escola, e são essas as ocasiões em que vão até a escola sem serem chamados. A coordenadora 2 afirma que os pais participam também dos outros eventos que a escola organiza, tais como atividades recreativas: festas, palestras, e que são essas as atividades que a escola busca estar fazendo para chamar os pais para o convívio escolar.

Um ponto divergente entre as coordenadoras é que uma diz que para melhorar a participação dos pais seria necessário fazer mais eventos de interesses da comunidade, como corte e costura, mostrando assim que ela tem uma consciência de que a comunidade precisa mais da escola, do que a escola dela. Já a coordenadora 2 está satisfeita com as atividades e reuniões que a escola está propondo para os pais dos alunos.

Quando perguntadas sobre o que a escola espera dos pais, a coordenadora 1 afirma que por mais que os pais tenham uma vida corrida e sem tempo devido as suas cargas horárias de trabalho, deveriam se organizar e comparecer mais à escola, e não somente quando a escola chama ou realiza reuniões ou qualquer outro evento, ela espera que os pais vão até o colégio, procure e tome a iniciativa, fazendo uma parceria com a escola para uma melhoria na educação de seus filhos. Já a coordenadora 2 diz que sente falta dos pais participando mais no que se refere aos assuntos pedagógicos dos seus filhos procurando saber como ele está em sala de aula, e completa que os pais deveriam também sentir mais confiança no projeto da escola, como podemos ver no relato a seguir:

“Tem pais que resistem em vir à escola porque acham que o filho é problema, mas a gente chama para conversar... para podermos chegar a um denominador comum, para resolvermos aquela situação e o importante é isso, porque quanto mais as famílias estejam entrosadas com a escola, com o professor e com a coordenação, menos difícil vai ser de lidar com esse comportamento do filho”.

3.2. A relação família-escola na opinião dos professores

As professoras entrevistadas quando perguntadas como era o relacionamento delas com os seus alunos a maioria respondeu que têm um bom relacionamento com os seus alunos e que conhece cada um pelo nome. A professora 4 diz que lida com os seus alunos como se fosse uma mãe, uma avó, tratando-os como filhos, pois é assim que: “acaba chegando na relação família - escola através do que a criança te passa, pelos atos e seus comportamentos”. Já a professora 1, que no atual momento da estava na função de orientadora educacional, disse quando estava em sala de aula procurava ter um bom relacionamento não somente com os seus alunos, como fazer vínculos de amizade com todos que compõe a equipe da escola, principalmente criar vínculos de amizade com os pais, pois assim vai criando um clima de segurança e conquistando-os para participarem da escola, pois tudo na escola é união.

Quando perguntadas sobre a relação família e sucesso escolar a maioria também considera que a base familiar ajuda a criança a obter uma aprendizagem significativa e que isso é o fundamental para o sucesso dos alunos, pois a família é o pilar principal para a formação da criança, uma vez que ela será o reflexo daquilo que ver em casa. Daí que na opinião da professora 1 “sempre tem que ter um incentivo para os pais por parte da escola através de reuniões, eventos”. Porém de acordo com a professora 2 “o problema não é resistência dos pais [à escola], o problema é que eles não cumprem [...] não fazem o papel deles, de ajudar nas atividades [dos filhos]”. As professoras 5 e 6 dizem que a resistência dos pais é devido achar que a educação infantil é somente para brincadeiras, não dando assim o devido valor a essa etapa da educação.

As professoras 2 e 3 dizem não saber mais como resolver a questão da relação família-escola, diante de inúmeras reuniões, visitas, conversas que a escola faz com os pais e não se chega a nenhum resultado satisfatório. A professora 6 acha que o caminho é esse mesmo, para se quebrar essa resistência, devem continuar com

as reuniões e conversas com os pais. A professora 4 tem uma opinião contrária, ela acha que de fato os pais não tem tempo para participar de tantas reuniões e que, além disso, os horários das reuniões são inconvenientes e que seria necessário também projetos para os pais, como ponderou a coordenadora 1: “Promovendo mais eventos de interesse da comunidade, como oficinas de corte e costura etc.”.

No que diz respeito à relação das professoras como os pais daqueles alunos considerados difíceis, a maioria afirma que procuram a coordenação para assim entrarem em contato com os pais através de ligações, bilhetes na agenda, cartas, pedindo assim que os pais compareçam a escola para conversarem com as professoras sobre a criança. A professora 6 procura saber o que está ocorrendo dentro de casa, ela acha que o aluno é considerado “difícil” quando comparado com o outro aluno que está adaptado aos parâmetros de comportamento estabelecidos por ela. A professora 1 e 5 completam dizendo que a partir da conversa com os pais procuram juntos entender não só o que ocorre em casa, no que diz respeito em relação pais-crianças, mas também promovem mudanças de atividades para ver se cria uma estímulo nos alunos, ou até mesmo mudanças na metodologias, tudo buscando criar um incentivo ao aluno.

Todas as professoras disseram que é no momento de entrada e saída dos alunos que os pais procuram espontaneamente o colégio, ou quando os filhos chegam machucados em casa, quando apanhou de algum coleguinha, ou seja, “quando existe alguma rejeição ou reclamação [dirigida] à escola ou adaptação na sala” (Professora 6).

No que diz respeito à conversa com os pais sobre o rendimento escolar de seus filhos elas dizem que são nos momentos das reuniões que o colégio realiza ou nos momentos em que os pais levam ou buscam os seus filhos na escola. A professora 5 diz que só conversa com os pais quando vê a necessidade de conversa e que sempre está disposta para os pais para qualquer dúvida. A professora 6 só conversa com aqueles pais que os alunos são mais fragilizados no aprendizado. Já a professora 4 diz procurar os pais nos momentos de entrada e saída não somente para reclamações, mas sim com o sorriso no rosto: “eu recebo [os pais] com um sorriso e eu também converso com eles assim: que eu vou preparar os seus filhos não necessariamente para o vestibular, mas preparando para saber o que é certo e errado,

aí converso com os pais e eu crio uma relação assim, porque os pais mandam para a escola e acabou”.

A maioria das professoras considera que os pais estão mais afastados da escola, seja pela questão do trabalho, que resulta na falta de tempo, ou na questão da falta de atenção com a educação dos filhos. Há uma controvérsia sobre o papel da bolsa família no que diz respeito a maior participação dos pais na vida escolar dos filhos, uma professora acha que atrapalha porque “o governo dá tudo... porque muitos pais só botam [o filho na escola] por conta da bolsa família, [...] para o pai o importante é receber a bolsa família.” Já a professora 6 diz que melhorou, uma vez que o benefício é suspenso se não houver frequência dos filhos à escola. A professora 1 diz que os pais estão mais próximos porque a comunicação entre a escola e a família está melhor. A professora 2 afirma que quando compara ao seu tempo de aluna não era necessária tantas reuniões, bilhetes e etc. para obter um interesse dos pais em participarem da vida escolar de seus filhos. A professora 5, diz que há uma divisão dos pais e que o problemas da participação deles tem a ver com um certo “relaxamento, porque os avós que trazem os filhos e também quem cuida da educação são os avós e acho que o que causa a distância é isso, os pais abrem mão devido o trabalho e quem cuida são os avós”.

A maioria das professoras não tem dúvida sobre a importância da participação dos pais na escola. As professoras 2, 3 e 4 dizem que é através da participação dos pais que os alunos sentem-se motivados e incentivados para o aprendizado escolar e a professora 5 ainda afirma que se não houver uma participação dos pais “o trabalho fica quebrado”, pois tudo que é trabalhado na escola tem que ser apoiado em casa, ela diz ser necessário trabalhar com palestras em temas específicos, como esse mesmo da relação família-escola. A professora 4 afirma que é necessário fazer reuniões diferentes, pautas diferentes, porque sempre são tratadas os mesmos assuntos nas reuniões, os pais se cansam e não participam: “tem que ter reunião diferente, sei lá, hoje vai ter um bingo e aí antes de começar o bingo vem a reunião com todos os assuntos a serem tratados, é ter dinâmica para lidar com isso. Muita reunião também eles se cansam, aí quando tem reuniões fala de prefeito que vai mudar isso ou aquilo, tem que ter uma pauta que chegue junto, vem cá os kits foram entregue então é para fazer, e aí eles falam: eu vou lá fazer o que, não vou fazer nada.” A professora 6 acha importante essa união família-escola uma

vez que “a criança passa um espaço de tempo na escola, mas o maior tempo é em casa.”

Quando se trata das consequências ocasionadas pela quebra da relação família-escola, as professoras são categóricas em afirmar que o interesse do aluno é proporcional ao incentivo dos pais. A professora 4 afirma que quando diz que vai relatar algo aos pais dos alunos, os próprios alunos dizem que os pais não ligam. A número 3 diz que percebe a diferença daqueles que tem um acompanhamento dos pais, daqueles que não têm nas atividades que os alunos apresentam, segundo ela a falta de acompanhamento às atividades da escola, acaba deixando toda a responsabilidade do ensino para a escola. A professora 5 diz que quando não há uma boa relação entre a família e a escola, a criança fica confusa, principalmente se os limites que a escola impõe não são os mesmo que ela tem em casa. A professora 6 acha que a melhor forma de garantir a participação dos pais são as reuniões pedagógicas promovidas pela escola e que diante dos fatos não sabe o que fazer, por mais que saiba da falta de tempo de alguns pais, mas deve-se dar um jeito.

3.3. A relação família-escola na opinião dos pais

As entrevistas com os pais foram feitas com aqueles que têm filhos entre 3 a 6 anos. A maioria são seus filhos, exceto os pais 3 e 4 que são avós, sendo que o pai 3 tem mais dois sobrinhos estudando no colégio, um com 5 anos e o outro na creche com 1 ano.

Quando indagados sobre o que achavam da escola, a maioria respondeu que gostam da escola porque os seus filhos aprendem, tem brinquedos para eles se divertirem, as professoras são boas e não deixam os alunos baterem uns nos outros. Foi também constatado que tem pais que foram alunos do colégio (pai 3), dizem que não tem nada o que dizer do colégio, que desde que estudou ali ela gostava, que seus filhos estudaram lá e todos saíram aprendendo a ler e escrever. Os pais 4 e 7 também tiveram filhos que estudaram na escola e também aprenderam a ler e escrever. No entanto o pai 4 apresenta uma queixa, relata um ocorrido com a sua filha, quando a criança saiu da escola sem que ninguém tivesse dado conta e acabou atravessando ruas perigosas, quem encontrou a criança foi um conhecido e levou a criança até em casa. Esse fato deixou essa mãe indignada, ela até pensou em dar queixas na

delegacia, mas entrou em acordo com a escola, que além do pedido de desculpa, se comprometeu de que aquilo não iria mais se repetir e ela acabou deixando como estava. O pai 5 acha que a escola é boa, porém “o que eu acho é que falta os professores passar mais dever e também acho que os deveres não estão adequados para a idade do meu filhos”. Interessante ressaltar que esse mesmo pai, ao tempo em que pede mais deveres, reclama que a escola “puxa demais”.

Maioria dos pais conversa com as professoras no momento em que levam ou buscam seus filhos. O pai 1 além de conversar com a professora sobre a escola, também conversa sobre outras coisas que não tem nada haver com o colégio. Os pais 5 e 6 dizem que ainda não conhecem bem a professora pelo fato dela ter assumido a classe há pouco tempo, quem estava à frente da turma era uma estagiária, que por sinal ambos dizem que era uma boa professora. Os pais 2 e 7 dizem que o seu contato com a professora é somente quando necessário, o pai 7 ainda diz que não encontra a professora no momento em que leva ou pega o seu filho na escola. A maioria dos pais entrevistados nunca foram chamados à escola, a não ser para as reuniões ou, como relata o pai 3, quando a criança ficou doente, no entanto afirma que sempre que leva a neta e sobrinho na escola conversa com os funcionários.

Para a maioria dos pais a escola dos sonhos é a escola que ensina, por essa razão a escola dos seus filhos é boa, porque eles estão aprendendo e ainda recebem todo material, “não gasta com nada”. No entanto o pai 1 diz que seria melhor uma escola em tempo integral, para que o filho não ficasse em casa sem fazer nada, ele ainda sugere que se a escola oferecesse esporte seria até uma maneira de dar oportunidades para criança crescer, pois poderia levar a questão do esporte como uma profissão, competir, etc. Para o pai 5 as salas de aulas deveriam ser melhor equipadas, com DVD, por exemplo e que os professores também deveriam ser mais motivados: “também o desânimo dos professores devido ao seu salário né?!, se desse um salário melhor para o professor ele viriam mais empolgados”.

Quando o assunto são as reuniões pedagógicas a maioria diz que são tratados sempre os mesmos assuntos: fardamento, horários de entrada e saída, melhorias para a escola e comportamentos dos alunos. Os que não podem participar das reuniões depois procuram saber com as professoras ou coordenação o que ocorreu na reunião. O motivo geral que impede a participação dos pais nas reuniões é o trabalho. A maioria diz que participa e contribui naquilo que pode. Além do

trabalho há também a questão da distância, diz que se tivesse um ônibus para pegar os alunos e pais seria bom, acabaria com os atrasos na chegada à escola [pai 3]. O pai 4 se coloca à disposição da escola para fazer trabalho voluntário: “É ser convidada minha fia, eu já fui eleita ai como a suplente no conselho dos pais, mas eu não ganhei, o meu nome era o segunda da lista, mas eu não ganhei.”

Quando perguntados sobre o que poderiam sugerir à escola para melhorar a relação família-escola, eles afirmam que não tem nada o que sugerir, afinal de contas por mais que a escola mude a estratégia, há uma questão real, ligada à falta de tempo para participar cujo motivo principal é o trabalho. No geral, os pais estão satisfeitos com a escola e acham que tudo pode ficar como está: “elas dá tudo, ganharam a bolsinha, o livro, farda, eu não tenho nada o que reclamar né, não sai nada de meu bolso” [pai 2]. O pai 5 sugere mudanças no horário das reuniões, passando a ser no horário de almoço durante a semana, já que é uma brechinha para aqueles que trabalham e assim poderão ir. Somente o pai 7 deseja que a sua participação fosse mais efetiva no sentido de intervir, sugerir: “se tivesse umas reuniões em que os pais pudessem participar mais né, dar alguma sugestão.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas colocações, vê-se que a relação família-escola está permeada por um movimento de culpabilização e não de responsabilização compartilhada. No relato de muitos professores há a afirmação de que, apesar de abrirem as portas da escola à participação dos pais, esses são desinteressados em relação à educação dos filhos, na medida em que atribuem à escola toda a responsabilidade pela educação.

Concordando com a visão de Caetano (2004, p.58) a construção da parceria entre escola e família é função dos professores, pois eles são elementos-chave no processo de aprendizagem “transferir essa função à família somente reforça sentimentos de ansiedade, vergonha e incapacidade aos pais, uma vez que não são eles os especialistas em educação”.

Percebe-se também que na opinião de coordenadores e professores não há intenção real da escola para buscar uma parceria com os pais, pois de um lado acusam os pais de falta de compreensão ou aceitação dos problemas das crianças e o pouco retorno de seus esforços para ajudá-los, mas por outro lado sentem-se invadidos pela presença dos pais. De certo modo há uma posição de receio da escola pois, consideram que a posição dos pais é de cobrança e não de colaboração. Por outro lado, esse receio é referendado pelo discurso de que os pais não entendem do processo de ensino-aprendizagem, por isso cobram mais do que ajudam.

Na opinião dos que fazem a escola o principal aspecto positivo ou vantagem de aproximação da família é o envolvimento dos pais na educação dos filhos. No entanto, há certo descompasso, o que a escola entende por educação não é o mesmo que a família entende. A revisão de literatura mostra inclusive que desde os primórdios da escola essa relação foi sempre de conflito. Talvez um dos pontos que acirra as dificuldades encontradas no estabelecimento dessas relações é o fato da escola, em geral, estabelecer contato com as famílias motivadas por situações de baixo rendimento e de mau comportamento dos alunos.

Os pais delegam à escola a responsabilidade e iniciativa da escola dessa articulação. Informalmente eles estão presentes no horário de levar e buscar os filhos na escola, nas reuniões de pais, nas festas realizadas e nas datas comemorativas. Os autores estudados ressaltam que reuniões de pais não estimulam a participação, em geral elas tratam dos mesmos assuntos. Nelas a escola se apresenta como uma

autoridade pedagógica que na verdade espera apenas que os pais cumpram as ordens da escola. Que tipo de participação a escola espera dos pais? Será que a escola acha que os pais têm o que dizer?

A pesquisa confirma o que a literatura sobre a temática denuncia, que é uma relação marcada por ser defensivas e que o desafio é modificar a relação família-escola no sentido de que ela possa contribuir com os processos de socialização, aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Portanto, não adianta apenas chamar os pais para reuniões, pois o fato desses pais irem ou não, não é indicador de participação. É preciso repensar nas estratégias utilizadas pela escola e qual participação a escola espera dos pais, se realmente a condição almejada for uma relação de parceria.

Para os pais participarem é preciso tratá-los como sujeitos participantes, que tem o que dizer. No entanto, as reflexões aqui apresentadas são apenas um ponto de partida para no futuro serem aprofundadas, inclusive sobre a hipótese de que para o aluno ter sucesso escolar é preciso estímulos para o “querer”. Quem estimula os alunos a “querer”, a família, a escola, ou ambas? O que compete à escola e a família?

O estudo indicou que a relação de distanciamento e até de autoritarismo imposto pela gestão escolar tende por afastar cada vez mais os pais da escola, como também os membros da gestão escolar tem uma consciência de que a comunidade atendida pela escola precisa mais dela, do que a escola da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da família**. 2ed. Rio de Janeiro: LTC,1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil**. Brasília: MEC,SEB, 2010.

CAETANO, Luciana Maria. **Relação Escola e Família: uma proposta de parceria**. Disponível em: http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/_Arquivos/Jul_Dez_03/PDF/Luciana.pdf. Acesso em: 07 Abril 2012.

FRAGO, Antonio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Porto Alegre, ed. Artes Médicas, 1993.

GANDIN, Danilo e GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HORA, Dinair leal da. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

LACHS, Solange. **Trabalho Pedagógico: análise a partir das categorias dialéticas**. 2007.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista, MARINHO-ARAÚJO, Claysi Maria. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103166X2010000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 07 Abril 2012.

OLIVEIRA, L. C. F. **Escola e família numa rede de (des) encontros: um estudo das representações de pais e professores**. São Paulo: Cabral Editora, 2002.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino: A contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000

REALI, A. M. M. R., & TANCREDI, R. M. S. P. (2005). **A importância do que se aprende na escola: a parceria escola-famílias em perspectiva**. *Paidéia*, 15 (31), 239-247.

ROUSSEAU, Jean-Jacques; FERREIRA, Roberto Leal (Trad.). **Emílio ou Da Educação**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÁ, V. **“A (Não) Participação dos Pais na Escola: a eloquência das ausências.** In: Veiga, I. P. A.; Fonseca, M. (orgs). Dimensões do Projeto Político Pedagógico. Campinas. Ed. Papirus, 2001.

SAVIANI, Dermeval, 1944. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 9. Ed. Campinas, SP, 2005.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** 11^a ed. São Paulo: Global, 2003.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO: AOS PAIS

DADOS PESSOAIS:

Nome:

Idade:

Formação:

Quantos filhos:

Trabalha:

Sexo:

Estado civil:

RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA:

Quantos filhos estudam no Jardim?

A senhora gosta da escola? Por que?

A senhora conhece a professora do seu filho? Como é o nome dela?

A senhora costuma vir à escola sem ser chamada? Quando?

A senhora já foi chamada à escola? Por que?

A senhora se sente respeitada pela escola? Como seria a escola dos seus sonhos?

A escola faz reuniões pedagógicas com os pais? Quando?

O que a escola geralmente trata nas reuniões pedagógicas? O que a senhora espera dessas reuniões?

A senhora tem vontade de participar mais do que acontece na escola? O que lhe impede de participar?

O que você sugere para melhorar a sua participação na escola?

QUESTIONÁRIO: AO DIRETOR / COORDENADOR

DADOS PESSOAIS:

Nome:
Idade:
Formação:
Quantos filhos:
Sexo:
Estado civil:

RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA:

Os pais normalmente participam da vida da escola? Eles vêm espontaneamente à escola? Quando?

O(a) senhor(a) saberia me dizer em números percentuais, o grau de escolarização dos pais? O(a) senhor(a) acha que isso influencia no nível de participação dos pais na escola?

Quais as situações mais comuns que os pais costumam aparecer na escola?
O que a escola faz para aproximar os pais da escola?

No seu ponto de vista, como as famílias poderiam participar?
O que a escola espera dos pais?

QUESTIONÁRIO: AOS PROFESSORES

DADOS PESSOAIS:

Nome:

Idade:

Formação:

Sexo:

Estado civil:

RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA:

O(a) senhor(a) conhece seus alunos pelo nome? Tem bom relacionamento com eles?

O(a) senhor(a) acha que o sucesso escolar tem a ver com a base familiar? Há alguma resistência dos pais em participarem da vida escolar dos alunos? Quando isso é mais comuns? O que a escola busca fazer para quebrar essas resistências?

Como é a relação da escola com a família do aluno considerado difícil? O que o(a) senhor(a) faz para contornar os conflitos?

Em que situação os pais procuram os/as professores/as? Eles vêm à escola espontaneamente?

O(a) senhor(a) conversar sobre o rendimento escolar do aluno? Quando?

Na opinião do(a) senhor(a), os pais hoje estão mais próximos ou mais afastados da vida escolar dos filhos? Por que?

O(a) senhor(a) acha importante que a família participe da escola? O que o(a) senhor(a) acha que a escola deveria fazer para estreitar os laços família-escola? Quais seriam suas sugestões?

Na opinião do(a) senhor(a), a quebra da relação família-escola em que medida interfere no desempenho dos alunos?